



DUAS DIMENSÕES DA CATEGORIA DE ESPAÇO COMO INSTÂNCIA

Marcos Aurélio da Silva*

Resumo: O artigo discute a noção de espaço geográfico como instância social segundo propôs Milton Santos anotando a existência de duas dimensões em sua formulação: a dimensão forte, ou estratégica, associada à transformação social, e a dimensão fraca, associada a uma estrutura prático-inerte, ou de inércia dinâmica, que corresponde apenas à reprodução social. Desta distinção emerge uma interpretação que, sem ignorar a dimensão econômica da realidade socioespacial, rejeita uma leitura meramente material e/ou econômico-estruturalista, abrindo-se para a tese de que o espaço como instância social referido por Milton Santos a rigor corresponde a uma totalidade social expressiva, cujas relações mais profundas devem ser buscadas na chamada eticidade hegeliano-marxista do Estado, tal como referida por Antonio Gramsci.

Palavras-chave: espaço sociogeográfico, prático-inerte, totalidade expressiva, Estado ético.

Abstract: The article discusses the notion of geographical space as a social instance as proposed by Milton Santos, noting the existence of two dimensions in his formulation: the strong, or strategic, dimension, associated with social transformation, and the weak dimension, associated with a practical-inert structure, or dynamic inertia, which corresponds only to social reproduction. From this distinction emerges an interpretation that, without ignoring the economic dimension of socio-spatial reality, rejects a merely material and/or economic-structuralist reading, opening up to the thesis that space as a social instance referred to by Milton Santos strictly corresponds to an expressive social totality, whose deeper relations must be sought in the so-called Hegelian-Marxist ethicality of the State, as referred to by Antonio Gramsci.

Keywords: sociogeographical space, practical-inert, expressive totality, ethical State.

INTRODUÇÃO

É fora de questão que a tese lançada por Milton Santos na década de 1970 segundo a qual o espaço geográfico – a rigor sociogeográfico – tem um papel ativo, é devedora das formulações filosóficas de Jean Paul Sartre (Santos, 2008 [1978]; Santos 1982 [1977]). É, todavia, menos observado que a construção teórica sustentada pelo grande geógrafo brasileiro percorreu um longo caminho filosófico, assentando suas bases na filosofia clássica alemã, e nomeadamente em Hegel, bem como nas heranças que este deixou em Marx, autor não menos prestigiado como base de uma teoria dinâmica do espaço. Como é também menos notado que

* Professor do Departamento de Geociência da UFSC e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC. Mestre e doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP, com estágio de pós-doutorado em Filosofia Política na *Università degli Studi di Urbino 'Carlo Bo'*, Itália. E-mail: m.aurelio.silva@ufsc.br.



destas diferentes heranças, emergem dois momentos do papel ativo do espaço, certamente articulados, mas com distinções que, para efeitos não apenas didáticos, merecem ser melhor investigados. Trata-se daquela diferença entre “critério de interpretação” e “programa” de ação política de que falou Gramsci (1975, p. 1827), não estranha à elaboração do grande geógrafo. E eis porque este é um tema também do espaço como totalidade, categoria hegeliana tantas vezes citada nas formulações as quais estamos nos referindo, não raro para opor-se às declinações apenas econômicas do espaço e da história. Mas na mesma medida, um tema que é parte integrante da formulação, tão hegeliana quanto gramsciana, e que se estende até a última fase do grande geógrafo, acerca das relações entre sociedade civil e Estado. Ou a eticidade hegeliana do Estado, a qual Jean Jaurés, no final do século XIX (1891), “assumiu positivamente como sinônimo de socialismo” (Losurdo, 1987, p. 91).

O PAPEL ATIVO DO ESPAÇO: A DIMENSÃO FORTE

Foi um grande avanço para o conhecimento geográfico e os estudos espaciais a proposta analítica elaborada nos anos 70 por Milton Santos segundo a qual o espaço geográfico deveria ser considerado uma instância da sociedade. Uma formulação que partia da crítica à concepção de espaço da física clássica, cuja influência teria deixado profundas marcas nos geógrafos e nos que se ocuparam das questões espaciais. Mesmo Immanuel Kant, que havia inicialmente concebido o espaço como “um sistema de relações entre substâncias”, terminou por se converter à noção newtoniana de “espaço absoluto”, chegando a propor, na Crítica da Razão Pura, que o espaço fosse apenas uma “condição de possibilidade dos fenômenos” (Santos, 2008 [1978], p. 50). Embora a formulação kantiana tenha fornecido a base para que os geógrafos europeus combatessem a corrente determinista, a ideia força do espaço como “condição de possibilidade” ou “fundamento dos fenômenos externos”, em fina sintonia com a noção de “espaço absoluto de Newton, um ‘espaço receptáculo’” ou mesmo “vazio” (*void*), “termina por ser a base filosófica tanto para os possibilistas quanto para os deterministas” (Santos, 2008 [1978], pp. 50-51).

Na formulação de Milton Santos, a possibilidade de ir além destas limitações passa pela incorporação da noção de tempo, ela mesma o ponto alto das inovações da física moderna com Albert Einstein, cujos “novos conceitos” os geógrafos continuaram a “ignorar” (Santos, 2008 [1978], p. 46). Mas não se pense que o procedimento do geógrafo brasileiro seja o de uma aplicação mecânica da teoria da relatividade geral à geografia e aos estudos espaciais. A referência a Einstein tem rigorosamente o valor de uma metáfora, já que se trata de apreender



o “tempo das sociedades em movimento”, condição de superação do espaço “tridimensional” newtoniano que chega a Kant e aos geógrafos modernos, bem como do “dualismo história-geografia” (Santos, 2008 [1978], p. 51).

Compreende-se agora porque o capítulo em que estas reflexões são lançadas conclui-se com uma referência ao hegelianismo e ao marxismo. O tempo das “sociedades em movimento” não é o tempo “continuum”, também ele uma herança da física de Newton (Santos, 2008 [1978], p. 51), mas aquele que emerge da história dos “homens [que] se dividem em classes” (Santos, 2008 [1978], p. 262). E eis o “espaço quadrimensional”, o espaço-tempo, a rigor “um sistema de relações ou um campo de forças” (Santos, 2008 [1978], p. 252), uma das formas pelas quais Hegel entendia a “realidade” (Kaube, 2022, p. 133-134). Com efeito, não é mero acaso, nos textos que estão estabelecendo esta discussão, a referência do geógrafo brasileiro à hegeliana *Ciência da Lógica*, obra a partir da qual define a “as propriedades de uma coisa”: “Toda coisa tem propriedades; estas são, antes do mais, suas relações com as outras coisas [...] mas seguramente a própria coisa [...] tem a propriedade de provocar esse ou aquele efeito em uma outra coisa e de se exteriorizar, nas suas relações, de uma maneira original” (Hegel *apud* Santos, 2008 [1978], pp. 187-188). São os fundamentos do espaço relacional, desenvolvido em obra posterior a partir de uma referência ao geógrafo nigeriano Akin Mabogunje:

É importante considerar os três modos pelos quais o espaço pode ser conceitualizado. Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto como absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencional, especialmente as latitudes e as longitudes. Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. [...] Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos (Mabogunje *apud* Santos, 1988, p. 26).

E assim é que chegamos à noção segundo a qual o espaço, referido não mais como o espaço absoluto de Newton, mas um espaço relacional, ele mesmo quadrimensional, um espaço-tempo, deve ser pensado, em chave marxista, a partir da “acumulação desigual de tempos” (Santos, 2008 [1978], p. 256), e assim também a geografia como uma ciência do “homem”¹ dedicada a análise dos acontecimentos como um “bloco espaço-temporal” (Santos, 2008 [1978], p. 253).

¹ “Não há geografia física que não seja uma parte da geografia humana. O que há, na verdade, é uma geografia do homem, que podemos subdividir em geografia física e humana” (Santos, 1988, p. 90).



Não precisamos ir muito longe para concluir que se trata de pensar o espaço (ou o espaço-tempo) a partir da dialética do desenvolvimento desigual, fundamento para uma reflexão que, sem esquecer o “lugar de escol” das “relações internas”, saiba também abrir-se para a análise da “dialética do imperialismo” e sua incidência sobre os “movimentos nacionais” (Santos, 2008 [1978], p. 264 e 243). E é precisamente desta dialética que emerge uma primeira dimensão do papel ativo do espaço, cujo fundamento poderíamos chamar não apenas de marxista, mas mais precisamente de hegel-marxista, já que o próprio Hegel “preanunciou em sua Filosofia do Direito uma teoria do imperialismo de certo modo aproximável a que muitos anos depois formularam Hobson e Rosa Luxemburgo” (Aricó, 2010 [1980], p. 199). A rigor, uma dimensão forte da ação espacial sobre a sociedade e a história. Uma dimensão que, sacudida pela totalidade que permeia a “dialética entre o macroespaço, o Estado e o micro espaço” (Santos, 2008 [1978], p. 232), expõe os pontos de ruptura das relações que são esteio do colonialismo e do imperialismo.

O PAPEL ATIVO DO ESPAÇO: A DIMENSÃO FRACA

Uma segunda dimensão do papel ativo do espaço é aquela que emerge partir da categoria sartriana do “prático-inerte”. Neste caso, estamos diante de uma dimensão fraca da ação espacial sobre a sociedade e a história. Uma dimensão típica dos contextos onde “a ação do (a utilização) do mercado é livre”, fazendo com que “a repartição desigual” dos *assets* termine por funcionar como “um elemento mantenedor das tendências herdadas”, origem das chamadas “rugosidades do espaço” (Santos, 1978 [2008], p. 170, 185 e 259).

Certamente o grande geógrafo pensava articuladamente os dois momentos. Não obstante, são patentes os sentidos históricos diferentes de uma e outra formulação. Se a primeira convida a pensar nas “revoluções ativas” de que falou Gramsci, tomando como ponto de partida a Revolução Francesa de 1789, e cujo ponto alto encontramos no jacobinismo negro do Haiti, a segunda acepção remete às “revoluções passivas” que, em resposta à ruptura jacobina da França, caracterizaram o reformismo da Alemanha e Itália da segunda metade do século XIX, tanto quanto aquele observado no fordismo norte-americano da década de 1920 (Gramsci, 1975, p. 2021; Losurdo, 2006, p. 194; Buck-Moors, 2013 [2009]), este último uma espécie de tradução do modelo França-Europa, agora todavia como resposta ao “advento de economias programáticas”, vale dizer, socialistas (Gramsci, 1975, p. 1358; Losurdo, 2016, p. 36). Na formulação teórica de Gramsci, processos que evidenciam a “expressão prática das necessidades da ‘tese’ de desenvolver-se ela mesma, até o ponto de conseguir incorporar uma



parte da própria antítese, para não se deixar superar” (Gramsci, 1975, p. 1768), o que não exclui completamente mudanças históricas, dizendo antes respeito ao “caráter dinâmico das restaurações” (Burgio, 2002, p. 12).

Daí porque dizemos que a categoria de Sartre fora reelaborada pelo grande geógrafo brasileiro à luz da teoria marxista (Silva e Voigt, 2024, p. 15), inclinando-se ele a falar não tanto de pratico-inerte, mas de inércia dinâmica (Santos, 2008 [1978], p. 185). De qualquer maneira, ainda uma forma fraca do papel ativo do espaço, consoante não tanto à transformação, mas à reprodução social. Em termos sartrianos, explica Milton Santos, estamos diante daquela “ação passiva que exerce a materialidade sobre os homens e sobre sua história, devolvendo-lhes uma *práxis* voltada sob a forma de uma contrafinalidade (*counter-finality*)” (Sartre *apud* Santos, 1982 [1977], p. 18).

A rigor, trata-se do problema do “impacto das formas na[s] perspectiva[s] de mudança” (Santos, 1980, p. 46), que podem se fazer por dois caminhos.

O primeiro é aquele situado no plano ideológico. Ele interessa sobretudo aos autores que, debruçados sobre o problema das formas, enfatizam a “irrealidade de seu aspecto em relação a seu verdadeiro conteúdo”, irrealidade que deve ser “desmascarada” para que se encontre a “verdadeira significação do objeto” (Santos, 1980, p. 46).

Não é exatamente este o problema ao qual se prende o grande geógrafo, que prefere enfatizar um segundo caminho de leitura. Com efeito, o problema que preocupa Milton Santos é antes aquele de “como modificar o valor atualmente atribuído aos lugares”, e isto tanto no que diz respeito às “formas geográficas tomadas isoladamente, quanto à organização do espaço total” (1980, p. 46). E eis porque a discussão sobre o práctico-inerte de Sartre não tenha se limitado às formulações do existencialista francês, sendo conduzida até a teoria da mais-valia de Marx, de quem o geógrafo brasileiro cita duas passagens, apenas formalmente símile àquela de Sartre: “Tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção” (...) “Cada pré-condição da produção social é, ao mesmo tempo, seu resultado, e cada um dos seus resultados aparece simultaneamente como a sua pré-condição” (Marx *apud* Santos, 1982 [1977], p. 19). Não há dúvida, estamos diante de uma proposta de pesquisa acerca da “distribuição da sociedade total no espaço” que, a ser estudada a partir da “diferente” “composição social de cada lugar” (Santos, 2008 [1978], p. 217), a põe em linha de continuidade com aquela de Marx acerca da “diferente composição orgânica do capital” em “países em diferentes estágios de desenvolvimento da produção capitalista” (Marx, 1984, p. 166).



Por este caminho, o prático-inerte, ou mais precisamente a inércia dinâmica espacial, corresponderia aos ajustes espaciais do capital hegemônico diante da queda das taxas de lucro provocada pela elevação da composição orgânica. Ajustes que funcionam como contratendências a explicarem porque a queda da taxa de lucro “não é maior ou mais rápida” (Marx, 1984, p. 177). Em linhas gerais, ajustes correspondentes: 1) à elevação do grau de exploração da força de trabalho através do “prolongamento da jornada de trabalho” e da “intensificação do trabalho”; 2) à compressão do salário “abaixo do seu valor”; 3) ao barateamento do valor do capital constante (matérias-primas, máquinas), mesmo em situações de “crescimento da massa do capital constante”, “em decorrência da força produtiva do trabalho aumentada”; 4) à superpopulação relativa, “tanto mais notável num país quanto mais o modo de produção capitalista esteja desenvolvido nele”, mas também quando “em muitos ramos a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho” se mantém por mais tempo “do que corresponderia, à primeira vista, ao estágio geral do desenvolvimento”; 5) ao comércio exterior, especialmente “no que tange ao capital investido em colônias etc.”, onde “a taxa de lucro é mais alta” “por causa do menor desenvolvimento”, mas também porque “é mais alta a exploração do trabalho graças ao emprego de escravos, cules etc.” (Marx, 1984, pp. 177-181).

E eis como compreender a categoria de rugosidade, a qual Milton Santos faz associar diretamente àquelas de prático-inerte ou de inércia dinâmica. Expressões do “tempo histórico” que é “incorporado ao espaço”, elas se traduzem em “restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (Santos, 2008 [1978], p. 173). E, sendo já o espaço uma realidade relacional, estão na base da explicação do movimento de “fluxo da mais-valia” – que “se dirige à grande cidade” ou, “o que é ainda mais frequente”, se “reenvia ao estrangeiro” (Santos, 2008 [1978], p. 171).

Mas é também a téttrade estrutura, processo, função e forma que se torna inteligível a partir das mesmas formulações marxianas. A primeira remetendo à noção de “totalidade social”, que é “inseparável da noção de estrutura”, ou mais precisamente das “estruturas sociais”, que igualmente pressupõem “a noção de tempo”, ou “processo”, pois “a realidade é um estado, mas é também uma totalização em marcha”, “uma situação em mudança” (Santos, 2008 [1978], p. 218- 219). Veículo da “metamorfose da universalidade em singularidade” (Santos, 2011 [1979], p. 200), o processo revela o movimento mesmo do “Ser” (Social), a ganhar “existência” particular através das “funções” e das “formas” (Santos, 2008 [1978], p. 218), as últimas jamais podendo ser lidas, “à maneira estruturalista”, como se fossem “sempre” “algo a ser



comandando”: as formas, sendo “formas-conteúdo”, encarnam “uma figura de matéria que comporta uma finalidade” e “compromete o futuro” (Santos, 2011 [1979], p. 200).

Tomando a configuração do espaço mundial da década de 1970 que nos apresenta o grande geógrafo, não há como não concluir que a existência particular de que se está tratando diz respeito a uma geografia da existência colonial (ou neocolonial). Organizada para encontrar saídas, nos termos de Marx acima citados, à lei da tendência da queda da taxa de lucro que afeta o capitalismo dos países hegemônicos, ela age sobre os processos que buscam implementar mudanças nos países da periferia deste mesmo capitalismo como uma “contra-finalidade” a bloquear ou enfraquecer estas mudanças. Em resumo, limitando-as a uma “dinâmica” que, mesmo se alude a uma “permanente evolução” espaço-temporal, a rigor “serve à reprodução social” (Santos, 2008 [1978], p. 176). Nas palavras de Milton Santos, trata-se de uma “totalidade doente, perversa e prejudicial” (Santos, 2011 [1979], p. 202), uma “totalidade do diabo”, a revelar um processo (um “impulso”) muito claro:

a necessidade da expansão capitalista, comparável em agressividade à expansão do terceiro quartel do século XIX, quando o imperialismo apareceu como solução para as crises econômicas. Agora o volume de capital à procura de investimento é muito maior e o que está em jogo é mais importante econômica e politicamente. (...) As formas se tornaram instrumentos ideais para promover a introdução do capital tecnológico estrangeiro numa economia subdesenvolvida e para ajudar o processo de superacumulação, cuja contrapartida é a superexploração. Aqueles países em que isto ocorre têm sua economia distorcida, suas tradições sacrificadas e suas populações empobrecidas (Santos, 2011 [1979], p. 198).

É esta a experiência de países capitalistas periféricos como o México e a Venezuela, ou mesmo daqueles que buscam a transição socialista, como Tanzânia, Angola, Moçambique, Etiópia e até o Chile de Salvador Allende (Santos, 2011 [1979] e Santos, 1980). Em todos os casos, as formas espaciais, especialmente aquelas marcadas pela “herança do passado”, sob a forma da “utilização da terra”, da “localização das culturas” ou da “distribuição das infraestruturas e das cidades”, estabelecem “um desafio às tentativas de mudança” (Santos, 2020, p. 3), sendo mesmo “utilizadas pelo capitalismo internacional” como “ferramentas da estratégia que visa a prevenir a transição para o socialismo” (Santos, 2011 [1979], p. 201).

Não há dúvida, se, como disse Gramsci, na compreensão da lei estabelecida por Marx é indispensável “distinguir um grau maior ou menor de tendencialidade” (Gramsci, 1975, p. 1279), esta distinção é em boa medida uma distinção geográfica, ou mais precisamente socioespacial.



O ESPAÇO COMO TOTALIDADE EXPRESSIVA

A presença de mecanismos econômicos ligados à teoria do valor no ajuste que as formas socioespaciais das formações periféricas permitem ao capitalismo internacional estabelecer na busca de solução para a sua crise de superacumulação, não deve levar à conclusão de que a interpretação de Milton Santos se reduz a uma impositação economicista. É o próprio geógrafo a afirmar, nos anos em que está conduzindo as pesquisas acima referidas, que o “espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia” (Santos, 2008 [1978], p. 184).

Não precisamos ir muito longe para chegar a esta conclusão. Como destacou a obra máxima do filósofo de Trier, “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas”, uma “relação social de produção”, ou ainda “uma relação histórica de produção” (Marx, 1984, p. 296). As próprias “forças de produção”, lembrou a crítica de Gramsci às interpretações positivistas do marxismo feitas por Luigi Einaudi e Achille Loria, não podem ser reduzidas apenas às “coisas materiais”, sendo ao mesmo tempo “forças e relações sociais, isto é, humanas, que são incorporadas nas coisas materiais e das quais o direito de propriedade é a expressão jurídica” (Gramsci, 1975, p. 1290).

Já assinalamos que o espaço como instância de que fala Milton Santos, consciente ele mesmo das debilidades estruturalistas do marxismo das causas últimas, a rigor propõe que se pense o espaço geográfico na mesma chave gramsciana que, rejeitando a visão hierarquia das instâncias, insiste em “partir daquela ‘dupla fenomenologia’ que organiza o conceito de ‘bloco histórico’ – estrutura e superestrutura” (Silva e Voigt, 2024, p. 17). A rigor, uma noção de espaço diretamente herdeira da totalidade hegeliana, ou hegel-marxista. Uma “totalidade expressiva”, em que as partes são “direta manifestação de uma essência fundante e interior”, vale dizer “*partes totalis*” (Gatto, 2024, p. 111). Algo muito diferente da “estrutura saíote e invisível” do estruturalismo, com suas “latências estruturais que se tornam visíveis e experienciais” somente nos seus “resultados efetivos”, expressão de “uma ‘causa ausente’, uma ‘ausência pré-ordenada posta sempre por atrás que, nunca atingível, se mostra apenas nos seus efeitos” (Gatto, 2024, pp. 112-113). A rigor, uma emanção dos “níveis ou instâncias distintas e relativamente autônomas”, que se articulam “umas sobre as outras segundo modos de determinação específicos fixados, em última instância, pelo nível ou instância econômica” (Gatto, 2024, pp. 112-113). Ao fim e ao cabo, “um desenho filosófico que exclui, precisamente porque envolto na lógica oculta da estrutura, qualquer subjetividade consciente e agente” (Gatto, 2024, p. 113).



É verdade que, na leitura de Milton Santos, pensar o espaço como estrutura social significa pensa-lo como uma estrutura “dotada de autonomia no interior do todo”, e que esta autonomia participa com outras estruturas de um “desenvolvimento interdependente, combinado e desigual” (Santos, 2008 [1978], p. 265). Não obstante, como acima vimos, estamos longe de pensar o espaço a partir somente da determinação do econômico, mesmo se se considera esta, à moda althusseriana, uma determinação apenas em última instância (Althusser, 2015 [1965], p. 88). Partindo de uma referência a Lukács, o grande geógrafo insiste que “a tese da dominância não prova, mas antes se choca com a tese da totalidade”, uma “herança deixada a Marx por Hegel” (Santos, 2008 [1978], pp.183-184). Como é também verdade que a categoria de subjetividade é ausente nos escritos dos anos 70, que em geral preferem falar de objetividade. E, no entanto, é muito claro, nas passagens que se somam às críticas endereçadas ao subjetivismo das “volições e decisões pessoais”, caro à geografia da percepção e do comportamento, a afirmação de que “a ideologia é, ela mesma, tão objetiva como qualquer outro dado objetivo, e participa assim, da percepção, dando à coisa observada uma representatividade atribuída”, vale dizer, socialmente atribuída (Santos, 2008 [1978], pp. 94-95). Um raciocínio não muito distante daquele de Gramsci dos *Quaderni*, para quem as superestruturas não são “meras aparências e ilusões”, mas encarnam uma realidade “objetiva e operante”, o que significa dizer que a “concepção subjetivista” “pode encontrar a sua verdade e sua interpretação historicista só na concepção das superestruturas” (Gramsci, 1975, pp. 1319 e 1415).

E eis como compreender, já nos textos dos anos 70, sempre atentos aos problemas dos países subdesenvolvidos e/ou em transição socialista, a afirmação da tese segundo a qual as “novas ideias e as novas doutrinas precedem a revolução social e se encontram entre seus requisitos (Trapezinov *apud* Santos, 2008 [1988], p. 262). Mas também os apelos para “o uso consciente” – poderíamos dizer ideologicamente operante – do “espaço”, “veículo para restaurar a dignidade do homem”, “problema moral” ao qual a epistemologia da geografia não deve se furtar (Santos, 2008 [1978], pp. 266-267). A rigor, uma condição para que se lancem não apenas as bases da transformação socialista, mas de sua segunda etapa, marcada pelo planejamento, também ela uma forma de superar o determinismo de última instância do estruturalismo.

Nos períodos de transição, insiste o grande geógrafo, permitir à “mudança seguir o livre jogo da espontaneidade seria deixar funcionar o velho aparelho técnico concebido para produzir outros resultados” (Santos, 1980, p. 42). Uma “mesma solução técnica para um dado problema pode levar a resultados completamente diferentes segundo a composição do bloco das classes



dominantes” (Hojman e Escudero *apud* Santos, 1980, p. 46). Daí a prudência de nos desembaraçarmos “da fé tranquila no papel da contradição entre forças produtivas e relações de produção”, pensando, como inadvertidamente o fizera Marta Harnecker, que as mudanças nas relações sociais de produção possam conduzir, “cedo ou tarde”, a mudanças nas “outras relações”, pois a “construção socialista”, insiste o grande geógrafo, “não vinga no espontaneísmo”, exigindo ao contrário “planificação continuada e competente” (Santos, 1980, pp. 42-44).

São as condições para que se estabeleça uma “divisão interna do trabalho que não seja espoliativa”, uma “divisão democrática do trabalho”, em que “as desigualdades regionais, econômicas, sociais e cívicas, não sejam um resultado das condições do aparelho técnico”, pois a “economia política não é a tecnologia”, reitera citando o Marx dos *Grundrisse* (Santos, 1980, pp. 45-46). E eis porque uma divisão do trabalho que, para ser assegurada, exige uma condição básica: ela deve estar “em correlação com a natureza do Estado, o que inclui a natureza das relações do Estado com o sistema internacional” (Santos, 1980, p. 45). “Nenhuma solução pode ser encontrada localmente, mas no quadro da estrutura socioeconômica e política do Estado-nação, isto é, da formação socioeconômica integral” (Santos, 1980, p. 46). Numa palavra, é imprescindível voltar à dimensão forte, estratégica, da ação ativa do espaço sobre a sociedade.

DOS LIMITES DO “PRÁTICO-INERTE” AO “ESTADO ÉTICO”

As reflexões acima, assentadas no papel ativo do espaço a partir da ideia de totalidade expressiva, convidam a uma reflexão mais aprofundada acerca dos limites que a categoria sartreana do “prático-inerte” tem na formulação do “espaço como instância” proposta por Milton Santos. Limites nem sempre estabelecidos pelo próprio geógrafo brasileiro, admirador intelectual do grande existencialista francês. O recurso à crítica que Domenico Losurdo estabeleceu a Sartre nos ajudará a palmilhar este caminho até agora pouco explorado.

Para o filósofo italiano, Sartre “é o campeão de um anticolonialismo de fato apaixonado e meritório, que porém é ao mesmo tempo populista e idealista” (Losurdo, 2017, p. 98). Com efeito, é muito claro que, ao escrever o prefácio de os *Condenados da Terra* de Franz Fanon, o grande filósofo francês, aproximando-se de Hegel, faz apelo “sobretudo ao paradigma do reconhecimento”, vale dizer, às lutas contra “a opressão, a humilhação e a desumanização



ínsitas no domínio colonial” (Losurdo, 2017, pp. 33 e 95)². Já na *Crítica da Razão Dialética*, obra de maior envergadura, a abordagem de Sartre “faz descender os diversos conflitos humanos em última análise da ‘penúria’ (*rareté*)”, das “intoleráveis condições de vida”, as quais são atribuídas “um papel decisivo, (que) domina ‘toda a *praxis*’” (Losurdo, 2017, pp. 94-95). Como resultado, “a língua, a cultura, a identidade e a dignidade nacional não desenvolvem nenhum papel”, e assim “não se compreende a participação na luta contra a opressão nacional por parte dos setores sociais que gozam de um confortável teor de vida ou de uma riqueza mais ou menos grande” (Losurdo, 2017, p. 95). E eis que, negligente diante do tema do reconhecimento, o debate em torno da revolução ao qual se entrega Sartre termina completamente atravessado “pela decepção com o fato de que o ‘grupo em fusão’, protagonista do abatimento do antigo regime e irmanado pelo entusiasmo revolucionário, tende a transformar-se, após a conquista do poder, em uma estrutura ‘prático-inerte’, com novas hierarquias que tomam o lugar daquelas derrubadas” (Losurdo, 2017, pp. 96-97). E assim é que, diferentemente das formulações do próprio Fanon, na filosofia de Sartre, insiste Losurdo, está completamente “ausente toda referência à segunda etapa da revolução anticolonial, aquela concentrada sobre a edificação econômica” (Losurdo, 2017, p. 96).

Definitivamente não é esta a posição de Milton Santos quando faz uso da *counter-finality* a que se refere Sartre. Não há dúvida que as lutas que partem das “massas populares” são as que merecem grande atenção do geógrafo brasileiro, consideradas o caminho “mais provável” das lutas, já que justamente estas são as que se mostram “cansadas” de uma “vã espera por mais bem estar” (Santos, 1980, p. 38). Não obstante, os setores que gozam de uma posição material superior no interior das colônias (ou ex-colônias), não estão excluídos, como em Sartre, do protagonismo nos processos de transformação. Em “situações especiais”, escreve o grande geógrafo, “a necessidade de mudar poderá ser reconhecida pelos próprios detentores do aparelho de Estado” (Santos, 1980, p. 38). E no mesmo sentido deve ser interpretada a “planificação continuada e competente” (Santos, 1980, p. 44), componente fundamental da segunda etapa da revolução anticolonial, concentrada sobre o esforço de “sair do subdesenvolvimento”, ausente em Sartre, mas muito clara em revolucionários como Franz Fanon, Mao Zedong e, num tempo ainda mais distante destes, no jacobino negro Toussaint Louverture (Losurdo, 2017, pp. 96-97). E aqui é que se pode também compreender as referências de Milton Santos não apenas à “economia distorcida” do subdesenvolvimento, bem

² “A violência colonial não se propõe apenas o objetivo de manter afastados aqueles homens escravizados, busca desumanizá-los” (Sartre, 2007 [1961], p. XLVII).



como às “suas populações empobrecidas”, mas igualmente às “suas tradições sacrificadas” (Santos, 2011 [1979], p. 198). E ainda que as ações da segunda etapa da revolução devem ter como alvo não apenas as “desigualdades regionais, econômicas e sociais”, mas também as desigualdades “cívicas” (Santos, 1980, p. 45).

Não há dúvida, tanto o tema das tradições quanto o das desigualdades civis, a rigor o tema da cidadania, indo muito além das questões apenas econômicas, conduzem a discussão para o terreno das lutas por reconhecimento de que falou Hegel³. E igualmente de estatuto hegeliano é a ênfase na planificação e assim na edificação do Estado, pois a metafísica hegeliana, uma metafísica terrena, não negligencia “a novidade da esfera pública”, de “um espaço que foi aberto para a ação política” pela revolução, vale dizer, não negligencia a intervenção sobre “as ‘leis’, ‘as instituições’ e as ‘relações sociais’ objetivas” (Losurdo, 2014, pp. 15 e 19).

E assim chegamos ao tema do Estado no grande geógrafo brasileiro, ou da formação sócio econômica integral, nos termos bastante precisos que utilizou. Lido a partir do movimento de “unificação” e “diversificação” encetado nos “começos do período capitalista por volta do século XVI”, o Estado para Milton Santos assume grande relevância no atual “período tecnológico”, quando “cada nação parece só poder encontrar seu destino sob a forma de Estado”, o que permite concluir que a dialética entre “o princípio da unidade e da diversidade na História” está atingindo seu “ápice” (Santos, 2008 [1978], p. 221). Afinal, se o Estado, na era do “imperialismo tecnológico”, é “um instrumento direto ou indireto das forças externas”, ele é “também levado a se adaptar às exigências que nascem de suas próprias relações internas”, agindo em resposta às forças da “população concentrada, (a)o grau de urbanização, (a)o nível de industrialização, (a)o nível de consumo, (a)o nível cultural etc.” (Santos, 2008 [1978], pp. 228 e 232).

Não obstante, nenhuma destas respostas, a serem encaminhadas por meio do planejamento continuado, conduzem a pensar simplesmente no “Estado intervencionista”, com origem nas “correntes protecionistas ou do nacionalismo econômico” e, menos ainda, no “Estado ‘guarda noturno’ (*veilleur de nuit*)”, ou “*carabinieri*”, com funções “limitadas à segurança pública e o respeito às leis” (Gramsci, 1975, pp. 603-604). Com efeito, o movimento da unificação e diversidade na História, enquanto um movimento do próprio espaço como totalidade social expressiva, bem demarcada nos blocos sociais espaço-temporais, abraça

³ “A sociedade é mais que a economia”, insistiu em uma obra de meados dos anos 1980 dedicada ao tema da cidadania, pois inclui “ideologia, cultura, religião, instituições formais e informais, território” (Santos, 1987, p. 95).



também “as comunidades de menores dimensões”, conduzindo àquela “dialética entre o macroespaço, o Estado e o microespaço” (Santos, 1978 [2008], p. 232) que dissemos delimitar a forma forte, estratégica, do papel ativo do espaço. E eis a dialética do Estado ético de que falou Gramsci, o Estado com origem no “desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da formula da revolução permanente implementada na fase ativa da Revolução Francesa”, e que “encontrou o seu ‘aperfeiçoamento’ jurídico-constitucional no regime parlamentar”, condição dos processos de hegemonia “da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana do governo com consenso permanentemente organizado” (Gramsci, 1975, p. 1636). Um consenso que não pode ser reduzido ao consenso “genérico e vago tal como se afirma no instante das eleições”, estabelecendo-se, antes, a partir de “associações políticas e sindicais” deixadas à “iniciativa privada”, vale dizer, à sociedade civil, daí porque de “caráter moral ou ético” (Gramsci, 1975, pp. 56 e 1636).

Como já fora observado, estamos diante de uma concepção de Estado a ganhar uma elaboração mais articulada nos escritos da fase final do grande geógrafo (Silva e Voigt, 2024), já referida como a fase de uma “formulação mais sofisticada”, mesmo se com algumas hesitações, das “noções modernas de nação e de Estado” (Moraes, 2013, p. 117). A fase em que ganham importância categorias como “território usado” e “espaço banal”, este cuidadosamente definido, por oposição ao espaço dos atores hegemônicos, com sua “velocidade exacerbada”, seu tempo “ultramoderno”, como o “espaço de todos” (Santos, 1993, p. 20; Santos, 2014, pp. 139 e 141; Santos, 2001). Categorias geralmente acompanhadas de temas inerentes à dialética do Estado ético, também uma “dialética no território” e até “do território” (pois “o território usado é humano”), como os temas da “sociedade civil” e da “organização”, centrais a “uma renovação do papel do Estado nacional” e assim de uma “difusão democrática” dos “benefícios da modernidade” (Santos, 2014, pp. 139 e 141; Santos, 2001, p. 14). A rigor, uma abertura para aquilo que já foi chamado “a revolução gramsciana do conceito de revolução” (Liguori, 2024, p. 39), expressão de um contexto já bastante diferente daquele que interessou ao grande geógrafo nos anos 70, dominado por formações sociais geralmente marcadas – salvo quicá o Chile de Allende – por um frágil desenvolvimento da vida civil.

Não há dúvida, estamos diante das imbricações entre Estado, espaço e constitucionalismo mundano, o constitucionalismo que emerge da eticidade hegeliana do Estado. Ou, mais genericamente, as imbricações entre espaço sociogeográfico e democracia moderna, esta última expressão de “um conflito de longa duração” que conduziu a conquistas em termos da “redistribuição da riqueza”, do “poder no terreno político” e do reconhecimento



da “dignidade humana” (Azzarà, 2022, p. 44), todas de inegáveis relações, observou Domenico Losurdo (2015), com as lutas que conduziram à construção histórica das sociedades socialistas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Trad. Maria Leonor F R. Loureiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

ARICÓ, J. **Marx y América Latina**. Buenos Aires: Fondo Fondo de Cultura Económica, 2010 [1980].

AZZARÀ, S. **Adeus pós-modernismo**. Populismo e hegemonia a crise da democracia moderna. Trad. Marcos Aurélio da Silva. Florianópolis: Insular, 2022.

BUCK-MORSS, S. **Hegel, Haiti y la historia universal**. Trad. Juan M. Espinosa. México: Fondo de Cultura Económica, 2013 [2009].

BURGIO, A. **Gramsci storico**. Roma-Bari, Laterza, 2002.

GATTO, M. La revoca della totalità. In: FINELLI, R. e GATTO, M. **Il dominio dell'esteriore**. Filosofia e critica della catastrofe. Engageante: Roma, 2024.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino, Einaudi, 1975.

KAUBE, J. **Il mondo di Hegel**. Trad. Monica Guerra. Torino, Einaudi, 2022.

LIGUORI, G. Dalla Rivoluzione d'ottobre alla rivoluzione del concetto di rivoluzione. In: **Nuovi sentieri gramsciani**. Bordeaux, Roma, 2024.

LOSURDO, D. **La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel**. Istituto Italiano per gli Studi Filosofici: Napoli; Edizioni Angelo Guerini e Associati: Milano, 1987.

LOSURDO, D. **Gramsci, do liberalismo ao 'comunismo crítico'**. Trad. Teresa Ottoni; revisão da trad. Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LOSURDO, D. **A hipocondria da antipolítica**. História e atualidade na análise de Hegel. Trad. Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LOSURDO, D. **Rivoluzione d'ottobre e democrazia nel mondo**. La scuola di Pitagora: Napoli, 2015.

LOSURDO, D. Gramsci e la Russia sovietica: il materialismo storico e la critica del populismo. In: **Materialismo Storico**, nº 1-2, 2016.

LOSURDO, D. **Il marxismo occidentale**. Come nacque, come morì, come può rinascere. Laterza, Roma, 2017.



MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. III, t. 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I, t. 2. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

SARTRE, J. P. Prefazione. In: FANON, F. **I dannati della terra**. Trad. Carlo Gignetti. Torino: Einaudi, 2007.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 2008 [1978].

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: **Economia espacial**. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmerecsányi. São Paulo: Hucitec, 2003 [1979].

SANTOS, M. Reformulando a sociedade e o espaço. In: Geografia e sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico. Moreira, R. (coord.). **Revista de Cultura Vozes**, ano 74, v. LXXIV, nº 4, maio de 1980.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982 [1977].

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: **Fim de século e globalização**. Santos, M. Souza, M. A. A., Scarlato, F. C. e Arroyo, m. (orgs). São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.

SANTOS, M. O território usado. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. O elogio da lentidão. In: **Folha de São Paulo**, 11/mar/2001, Caderno Mais.

SANTOS, M. Sonho e pesadelo. Os problemas espaciais da transição ao socialismo no caso da Tanzânia. Trad. Breno Viotto Pedrosa. In: **Terra Brasilis** (Nova Série), nº 13, 2020.

SILVA, M. A. da e VOIGT, M. E. Milton Santos e o problema do marxismo das instâncias. In: **Práxis e Hegemonia Popular**, nº 15, v. 9, dez. 2024.